



2026

V.19

História da Historiografia

International Journal of Theory
and History of Historiography



ISSN 1983-9928



FAPEMIG



Sociedade Brasileira
de Teoria e História da
Historiografia



UNIRIO



UFOP



Dossiê

D

Narração, ficção e história das fontes: novos caminhos para a teoria da história

Dossiê | História e Ficção





Narração, ficção e história das fontes: novos caminhos para a teoria da história

Narration, Fiction, and the History of Sources: New Paths for Historical Theory

Israel Ozanam

israel.ozanam@ufrpe.br

<https://orcid.org/0000-0003-2556-0525> 

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de História, Recife, PE, Brasil.



Resumo

O objetivo deste artigo é questionar a distinção analítica entre pesquisa documental e narrativa histórica, demonstrando como essa separação influenciou a teoria da história e seu diálogo com a teoria literária, especialmente ao restringi-lo à comparação entre texto historiográfico e texto literário. Nesse sentido, é feita uma revisão crítica das perspectivas de autores como Aviezer Tucker, Jörn Rüsen e Alun Munslow e são apresentadas possíveis contribuições da narratologia pós-clássica para essa discussão. Além disso, a partir do exemplo de um estudo de caso, propõe-se que a relação entre fato e ficção seja analisada não apenas na escrita historiográfica, mas também no próprio processo de elaboração das fontes, ou seja, na história das fontes. Esse movimento permite novas articulações entre teoria da história e teoria literária, nas quais a pesquisa documental não seja reduzida a apenas um suporte para a construção narrativa.

Palavras-chave

Fonte histórica; narrativa; fato histórico; ficcionalidade.

Abstract

This article challenges the analytical distinction between archival research and historical narrative, showing how this separation has shaped historical theory and its dialogue with literary theory—particularly by limiting it to comparisons between historiographical and literary texts. To explore this, the article critically examines the positions of Aviezer Tucker, Jörn Rüsen and Alun Munslow, and considers possible contributions from post-classical narratology. Furthermore, based on a case study, it is proposed that the relationship between fact and fiction be analyzed not only in historiographical writing, but also in the very process of the sources' production—that is, in the history of the sources themselves. This perspective opens new avenues for dialogue between historical and literary theory, allowing for an approach in which archival research is not reduced to a mere foundation for narrative construction.

Keywords

Historical sources; narrative; historical fact; fictionality.



Introdução

A relação entre ficção e história costuma ser estabelecida na comparação entre a historiografia e o texto literário como duas formas de narrativa, seja apontando aproximações, distinções ou hibridismos entre elas. Assim, a reflexão sobre o lugar da narratividade e da ficcionalidade na história é direcionada ao texto histórico, a partir de um movimento prévio – explícito ou não – que realiza uma distinção entre escrita e pesquisa documental na prática historiográfica. O objetivo deste artigo é demonstrar o potencial de não fazermos esse movimento prévio de distinção ao relacionar ficção e história. Espera-se, assim, propor um diálogo com a narratologia que, ao articular-se ao trabalho com as fontes históricas, pode reverter o recente distanciamento da teoria da história com a teoria literária.

Com efeito, nos últimos anos tem se tornado comum na teoria da história a percepção de que a narratividade não ocupa mais a posição de destaque que por décadas ocupou nesse campo. É possível que um dos primeiros sinais disso tenha sido a mudança da noção de narrativa para a de representação na forma como a prática historiográfica é definida por Frank Ankersmit. Outrora considerado um dos mais proeminentes historiadores pós-modernos, ele deixou de assumir essa identidade em função da sua insatisfação com a ênfase textual do chamado projeto narrativista Ohara, 2013, p. 9; Menezes, 2018, p. 199-122).

Como lembra David Carr (2006, p. 239), ao longo do século XX, dar destaque ao aspecto narrativo da historiografia muitas vezes significou rejeitar sua pretensão de referir-se a algo existente fora dos textos, ou seja, sua referencialidade. Isso se configurou como uma inversão da abordagem científica predominante no século anterior, quando a relação entre o historiador e seu objeto de estudo foi sendo eclipsada pela valorização do próprio texto. Esse modelo pressupunha que, ao eliminar indicadores explícitos da mediação do historiador, o texto poderia alcançar uma referência direta ao passado (Nitz, 2013, p. 72-73).

De acordo com Simon e Kuukkanen (2015), embora isso tenha sido questionado ainda no século XIX, foi em torno dos anos 1950, quando filósofos analíticos voltaram sua atenção à história; que tratar da diferença entre ela e as ciências se tornou quase sinônimo de tratar de sua aproximação com a literatura. Porém, isso não significa que aqueles filósofos inauguraram uma era na qual a historiografia seria vista como um gênero ficcional. Pois havia, e continuou havendo em alguns círculos posteriormente, uma ênfase nas conexões entre a temporalidade e a narratividade através da eficácia desta em explicar o passado ou mesmo em formalmente refleti-lo enquanto sucessão de eventos (Malerba, 2016).

Em outras palavras, quando o tema era a escrita da história, não foi automático o atrelamento de narração a ficção, se ficção for entendida como uma forma de discurso não referencial. Esse



atrelamento só se tornaria uma norma quando as análises estruturais da narrativa literária ganharam força na França e foram estendidas também à historiografia, a exemplo da publicação do ensaio “O Discurso da História” por Roland Barthes em 1967. Desse modo, pode-se dizer que os vínculos entre história e ficção começaram a ser afirmados na teoria da história exatamente quando os vínculos entre a ficção e historicidade começaram a ser desconsiderados por uma teoria literária para a qual a linguagem era um sistema fechado, cuja análise prescindia de considerações contextuais.

Em sintonia com essas tendências, Hayden White consolidaria, dentro da historiografia, o elo entre a narratividade da prosa historiográfica e a natureza linguística dos fatos narrados (Nitz, 2013, p. 74; White, 1992). Refletir sobre a historiografia passava então a ser entendido como olhar para dentro do texto, enquanto aquilo que poderia ir além dele deixava de ser priorizado ou tinha sua existência relativizada.

O distanciamento entre narrativa e empiria na teoria da história

Nas décadas que se seguiram à emergência de perspectivas como as de Roland Barthes e Hayden White, termos como *linguistic turn*, pós-estruturalismo, pós-modernismo, relativismo e narrativismo frequentemente se tornaram marcadores intercambiáveis de uma polarização. De um lado, haveria a ênfase na história como um empreendimento essencialmente textual e, do outro, na história como uma prática centrada na investigação empírica. Já que a relação entre teoria narrativa e o trabalho metódico com as fontes históricas está no centro das preocupações deste artigo, é importante destacar que aquele cenário foi muito desafiador para historiadores(as) cujas pesquisas não envolviam discussões teóricas e cujas fontes principais não eram obras convencionalmente consideradas literárias. Para essas pessoas, a sua identidade profissional estava em jogo não apenas por precisarem defender sua capacidade de referir-se ao passado em seus textos, mas também por terem que fazê-lo se engajando em discussões conceituais interdisciplinares, muitas vezes aparentemente distantes dos seus interesses temáticos.

Daí resultou uma espécie de impaciência anti-teórica por parte de alguns historiadores decididos a fazer uma defesa prática das aspirações epistemológicas da história. Isso é perceptível, por exemplo, na postura adotada por Carlo Ginzburg (2007, p. 210-230), ao se contrapor a autores como Hayden White e Frank Ankersmit por meio de estudos de caso minuciosos, nos quais buscava demonstrar, na empiria, os limites da abordagem teórica. Essa postura, que pode ser vista como uma reafirmação da centralidade da pesquisa documental, acabou por evitar uma interlocução mais profunda entre esta dimensão da prática histórica e a teoria literária, mesmo Ginzburg reconhecendo o papel que a criatividade exerce em todas as etapas do trabalho historiográfico.

Mas seria uma simplificação atribuir isso apenas a historiadores que preferem ser detetives



nos arquivos a teóricos interdisciplinares. É difícil encontrar na atualidade um historiador que articule de maneira mais rigorosa teoria, pesquisa e interdisciplinaridade do que Aviezer Tucker. Em sua fascinante filosofia da historiografia, o professor de Harvard argumenta que a historiografia deve ser vista como parte das ciências históricas, que inferem descrições do passado a partir de seus efeitos preservados no presente (Tucker, 2010, p. 71-76). No caso da história, preservados no que chamamos de documentos.

Diferente das ciências experimentais, que buscariam identificar normas gerais e regularidades, as ciências históricas lidariam com eventos específicos e seus desdobramentos. Para Tucker, essa distinção desafia a divisão tradicional entre ciências humanas e naturais, pois tanto a historiografia quanto disciplinas como a biologia evolutiva e a geologia dependem da pesquisa empírica para reconstruir processos passados. Mas o autor não está propondo uma ampla reconsideração das divisões entre as disciplinas e, sim, a aproximação entre a filosofia da ciência e a teoria da história, por meio da ênfase no papel da pesquisa documental na definição do que é historiografia. Então não é difícil imaginar que, nesse movimento, esta última não se tornará mais próxima da literatura.

Com efeito, para o autor, o seu programa de pesquisa demonstra a existência de uma subestrutura metodológica na história como ciência que a diferencia da ficção, algo evidenciado no papel das notas de rodapé. Paralelamente a essa subestrutura, a prática historiográfica teria uma superestrutura textual que seria objeto do “programa de pesquisa narrativo” (Tucker, 2010, p. 78). Mas, em sua perspectiva, essa análise da narrativa na teoria da história estaria dando sinais de esgotamento. Ele não apenas diz isso explicitamente, como também deixa implícito ao manter aquela associação, tão comum nestes debates, da narrativa com a ficção e desta com a não referencialidade – ao mesmo tempo em que traz a referencialidade para o centro da sua filosofia da história.

Tanto da parte da ficção quanto da história, algumas objeções poderiam ser levantadas a esse modo de entender a relação entre ambas. Por um lado, não é preciso demorar-se muito em certos romances oitocentistas, de José de Alencar, por exemplo, para perceber-se que já existiram concepções de literatura nas quais a pesquisa documental metódica e as notas de rodapé tinham um papel central (Abreu, 2002). Sem falar que os experimentos referenciais do romance do século XXI tornam difícil apoiar-se na referencialidade em si ao diferenciarem-se narrativas literárias e históricas (Charbel, 2020). Ao mesmo tempo, embora Tucker dê ênfase à relação entre evento, informação preservada e testemunho, ele com certeza está ciente de que historiadores não apenas descrevem eventos, mas os relacionam entre si. Esse estabelecimento de nexos entre eventos separados no tempo é parte criativa da historiografia desde a sua institucionalização como ciência no século XIX (Dickey, 2012).



Entretanto, embora passíveis de serem expandidas em várias direções, objeções como essas não são o foco da discussão proposta aqui. Isso porque elas partem daquele princípio delineado no início deste artigo: o de que pensar sobre ficção e história é pensar sobre a relação entre textos historiográficos e textos literários.

Nesse sentido, o questionamento que cabe aqui à abordagem de Tucker é ele não ter atentado para o quanto de narratividade existe nas fontes históricas, cuja análise enquanto vestígios do passado, ele considera um antídoto aos “exageros que ocasionalmente vêm de dentro do campo narrativista” (Tucker, 2010, p. 78). É totalmente compreensível que ele não se entusiasme com teorias que privilegiam a narrativa historiográfica sem considerar a relação dela com o tempo passado. Inclusive, o questionamento a Tucker aqui apresentado, não é uma sugestão para rejeitarmos a relação entre as fontes históricas e o mundo fora dos textos. Antes, é um reconhecimento das possibilidades abertas pela abordagem do autor, levando em consideração que ele articula brilhantemente teoria e pesquisa histórica e admite que algo novo pode surgir das reflexões sobre a relação entre literatura e história.

Os diversos posicionamentos adotados no debate sobre a relação entre ficção e história revelam o quão diverso foi o perfil de profissionais que se sentiram de alguma forma provocados pela temática. Logo, ao enfrentá-la, Carlo Ginzburg não atribui a mesma importância que Aviezer Tucker a uma argumentação teórica meticulosamente elaborada, embora as posições de ambos tenham muito em comum.

Da mesma forma, Aviezer Tucker, por mais teórico que seja, visivelmente não se imagina teorizando sobre a narrativa para detalhar esse papel de “superestrutura” da prática historiográfica atribuído a ela, pois o que lhe interessa mesmo é a “subestrutura” metodológica e a divisão entre as duas partes o permite dedicar-se a uma e não à outra. Há autores que, como Tucker, põem a superação do narrativismo ou do pós-modernismo no centro das suas teorias, mas ainda consideram importante dedicar-se longamente ao tema da narrativa.

Esse é o caso de Jörn Rüsen (2015) que, em sua “historik”, se impõe a ousada tarefa de harmonizar as seguintes ideias: a) a história, ao contrário da literatura, produz conhecimento científico sobre o passado; b) na ciência histórica, a narratividade tem um lugar privilegiado; c) a ficcionalidade é constitutiva dessa narratividade histórica. Altamente promissora, essa proposta sofreu com os obstáculos levantados por sua sistematicidade. Assim, o acesso aos resquícios do passado regulado pelo método seria uma dimensão separada do ato de narrar na matriz disciplinar da história (Rüsen, 2015, p. 80-81). Separada e anterior, pois apesar de o autor não ser rígido em relação a isso, percebe-se sua preferência em tratar os fatores de sua matriz como etapas que se sucedem (Rüsen, 2015, p. 74).

Com o tema da narrativa analiticamente isolado da pesquisa documental, a tarefa dele se



torna difícil. O lugar que o autor concede à narratividade é privilegiado porque, para ele, apenas no momento da representação textual pelo historiador é que o saber obtido nas fontes se torna histórico (Rüsen, 2015, p. 80-81). Mas isso não garante à narração um vínculo com as experiências passadas, pois “histórico” para Rüsen, não remete só ao passado e sim à relação entre este, o presente e o futuro. Então, a ligação factual com o passado viria das “operações metódicas da pesquisa”, enquanto a relação significativa do passado com o presente seria a tarefa da narratividade: “o acontecimento efetivo ganha, com a imaginação do narrar, uma significância que (ainda) não possui em seu puro acontecer” (Rüsen, 2015, p. 194).

Consequentemente, o ato de atualizar a significação do passado por meio de uma narrativa iria além da reprodução dele. Esse ato acrescentaria algo que não estava na experiência passada e a esse acréscimo, Rüsen chama de ficção (2015, p. 194). Já o conhecimento objetivo residiria nos fatos estabelecidos com as fontes, as quais poderiam ser desprovidas de significado próprio (às quais, ele chama de vestígios) ou dotadas de significados que, de certa forma, ainda não são históricos (às quais, ele chama de tradição) (Rüsen, 2015, p. 177-179). Para se tornarem históricos, esses “significados prévios” precisariam ser submetidos ao processo imaginativo e ficcional da narrativa, o qual fugiria ao controle metodológico.

Nesse sentido, haveria para Rüsen, uma relação inversamente proporcional entre factualidade e historicidade. Quanto mais submetido à ficção narrativa, mais históricos os fatos se tornariam porque seriam mais dotados de “qualidade de significado”, contextualização e potencial comunicativo numa relação intersubjetiva do presente (Rüsen, 2015, p. 195). Portanto, a ficção seria justamente o que acrescenta aos fatos aquilo que não pertencia aos acontecimentos, que os tira da sua particularidade experiencial no passado para inseri-los num contexto imaginado. Diante disso, como o autor alcançaria seu objetivo de diferenciar o ato de narrar historiográfico da prosa literária?

Jörn Rüsen sugere que a narrativa histórica se diferencia da literária porque o acréscimo de significado, ou seja, o componente ficcional, não a define. Seria apenas um aspecto dela e estaria vinculado à experiência temporal em função de consistir numa organização de fatos objetivos estabelecidos na pesquisa. Enquanto isso, a narrativa literária conferiria autonomia da ficção em relação à experiência, livre para atuar apenas na esfera do possível.

O argumento certamente tem méritos, mas não diferencia o narrar histórico do narrar literário. No máximo, sinaliza para um campo de investigação – muito instigante, por sinal – sobre as diferenças entre como historiadores e literatos obtêm os dados que informam suas narrativas. Aqui, como no diálogo com Aviezer Tucker, algo poderia ser dito sobre as formas híbridas contemporâneas ou sobre a história do conceito de literatura para problematizar um pouco um contraste feito nesses termos entre ela e a historiografia. Porém, no que concerne aos objetivos deste artigo, o que chama mesmo a atenção é a ausência dos temas da narrativa e da ficção na reflexão sobre como a crítica



das fontes leva ao estabelecimento de fatos na matriz disciplinar de Rüsen. Em se tratando de um autor que confere enorme importância à narrativa na história e, ao mesmo tempo, encontra na factualidade alcançada nos arquivos, o porto seguro epistemológico da disciplina, se esperaria, a princípio, uma articulação maior entre ambas.

Levando em conta que Rüsen reconhece a presença da narratividade na própria constituição simbólica do mundo (2015, p. 86), fica-se a impressão de que a narrativa é uma questão central para ele em todas as dimensões do pensamento histórico (vida cotidiana, escrita historiográfica, sala de aula), exceto na pesquisa documental, a qual ele considera o aspecto mais científico da história. Entretanto, considerar isso uma deficiência na obra do autor seria não levar em conta suas prioridades analíticas. Por mais sistemático que seja, Rüsen não tem a mesma ênfase de Tucker na teorização sobre a prática de pesquisa histórica.

Ao invés desse olhar interno ao método, Rüsen prefere “entender o narrar historiográfico a partir de sua função prática de orientação histórica da vida” (2015, p. 192), isto é, o papel desempenhado pela historiografia na cultura histórica das sociedades. É desse lugar que ele se sente mais motivado a marcar a diferença em relação à teoria literária e, mais especificamente, à narratologia (Rüsen, 2015, p. 192, 200). Ao fazê-lo, ele demonstra conhecer o que há de mais recente na teoria narrativa, mas apenas com o intuito de contestar o tom normativo dela quanto à prioridade da narrativa literária, sem ver-se impelido a apropriar-se de conceitos ou engajar-se em debates desse campo (Rüsen, 2015, p. 192, nota 192).

Esse contato com a teoria narrativa do seu tempo é algo que Rüsen tem em comum com Paul Ricoeur. Mais do que isso, o esquema analítico daquele lembra “a tríplice mimese” deste (Ricoeur, 1994, p. 85-131). Em ambos os casos, são conectadas a narratividade da experiência humana no tempo e a narrativa da escrita historiográfica, mas não é feito um investimento considerável na narratividade daquilo que está entre uma e a outra: as fontes.

Porém, dizer que os dois autores tiveram contato com a teoria narrativa do seu tempo esconde o fato de Paul Ricoeur, nascido 25 anos antes de Jörn Rüsen, ter tido um papel muito mais ativo não só no diálogo, mas nas transformações da teoria narrativa das últimas décadas do século XX. Afinal, alguns dos autores da área de literatura que serão citados no próximo tópico foram influenciados pela busca de Ricoeur por diferenciar ficção e historiografia. Nessa busca, o autor parece ter considerado cada vez mais importante a articulação entre narrativa e pesquisa documental, algo perceptível na forma como conceito de “representância”, o qual já aparecera em *Tempo e narrativa*, é articulado em *A memória, a história, o esquecimento* (Mendes, 2015).

Com base na cuidadosa análise desse conceito realizada por Breno Mendes (2015), é possível dizer que a representância para Ricoeur não designa uma escrita historiográfica que ocupa o lugar do passado, mas a complexa articulação entre escrita, compreensão e documentação,



uma tríade que permitiria sustentar as reivindicações de verdade da historiografia. Assim, em Paul Ricoeur, a hermenêutica e a teoria literária não conduzem a um idealismo narrativo que negligencia os métodos de pesquisa em história. Ao contrário, como demonstra Breno Mendes, para Paul Ricoeur, “se os modos representativos que supostamente dão forma literária à intencionalidade histórica são questionados, a única maneira de atestar a realidade é recolocar em seu lugar a fase escriturária em relação à explicação/compreensão e a fase documental” (Mendes, 2015, p. 93).

Um tratamento cuidadoso de como as noções de memória, testemunho e vestígio atuam na presença de um passado acrescido de sentido na obra de Ricoeur exigiria mais espaço do que é possível conceder neste artigo. Mas acho que não é injusto dizer que quando *A memória, a história, o esquecimento* foi publicado, a reflexão sobre a narratividade ainda não estava muito direcionada à documentação na obra do filósofo, que já se aproximava aos 90 anos de idade. Com mais tempo, quem sabe tivesse chegado decididamente à narrativa das fontes, remetendo “a arte da escrita da história às técnicas de pesquisa e aos procedimentos críticos” (Mendes, 2015, p. 93), tal como, conforme demonstrado por Breno Mendes, ele vinha sugerindo cada vez mais no final de sua trajetória.

Podemos apenas imaginar se os objetivos de Ricoeur, filósofo de formação, o teriam levado a isso. Os de Dorrit Cohn, cuja obra será abordada no próximo tópico, não a levaram, embora a abordagem dela convergisse com a de Ricoeur, de quem era leitora (Cohn, 1999). Em vista do que foi dito até aqui, é como se na teoria da história houvesse um dinamismo inverso no qual, quando um autor tem muito interesse nos temas da narrativa e da ficção, tem menos interesse no trabalho com os fatos e as fontes e vice-versa. Perspectivas como as de Jörn Rüsen e Paul Ricoeur seriam, digamos, um meio-termo, enquanto no lado diametralmente oposto ao de autores como Ginzburg e Tucker, estaria alguém como Alun Munslow.

Para quem está cansado de procurar sem sucesso historiadores dialogando de maneira aprofundada com a teoria literária produzida nos últimos quarenta anos, *Narrative and history* (Munslow, 2007) é revigorante. No entanto, a leitora ou o leitor não precisa ir muito longe na obra para descobrir o que não irá encontrar nela: “técnicas” de análise de fontes ou “os princípios básicos da caçada pelas fontes e as formas mais apropriadas de descobrir o que elas significam” (Munslow, 2007, p. 1). Esses assuntos, conforme o autor, já seriam bem conhecidos pelos historiadores e haveria muita bibliografia a respeito. Assim, quando ele trata de conceitos como autoria, voz, focalização, enredo, etc., é para verificar o seu lugar na escrita dos historiadores e não no processo de produção das fontes históricas ou mesmo de mobilização destas pelos historiadores.

Daí, não se deve depreender que explicação, objetividade, referencialidade e fatos estão ausentes da análise de Munslow. Ao contrário, recebem capítulos inteiros e atenção comparável aos temas da teoria literária abordados no livro. Porém, essa atenção se dá no sentido de demonstrar



o efeito textual dessas noções ou relativizar as garantias extratextuais que parecem fornecer. De qualquer modo, elas são abordadas no que tangem ao texto historiográfico e não aos vestígios do passado, pois, para ele, não haveria nenhuma história dada para ser encontrada nas fontes (Munslow, 2007, p. 4). Acontece que há, sim, muitas histórias dadas nas fontes e, um historiador tão competente no diálogo com a teoria literária como Alun Munslow, poderia ter tido muito a dizer sobre elas se tivesse se interessado por questões metodológicas.

Tem havido, portanto, uma resistência da parte de vários protagonistas do diálogo epistemológico sobre história e ficção a considerar incontornáveis temas que consideram já excessivamente abordados e pessoalmente menos interessantes na prática historiográfica. Então, tendo em vista a dificuldade de negar-se a relevância das fontes e da escrita na história, a teoria da história desde a segunda metade do século XX consistiu mais num jogo de priorizações paralelas do que num diálogo aprofundado entre sistemas ou projetos opostos. Por isso, Munslow dirá que Hayden White tinha respeito pelos dados empíricos e nunca teria afirmado que a história é uma literatura ficcional (Munslow, 2007, p. 5). Ele apenas não tinha muito interesse em refletir sobre o lugar desses dados empíricos na escrita da história. O mesmo pode ser dito sobre os autores que fazem o caminho contrário, alguns dos quais já mencionados aqui.

Entretanto, essas diferenças de ênfase ou interesses só são possíveis por conta daquela distinção analítica entre pesquisa documental e narrativa na prática historiográfica. É essa distinção que faz o tema da relação entre fato e ficção ser tratado quase exclusivamente no contexto da comparação entre o texto historiográfico e o texto literário. Não importa o quão tenso tenha sido o debate nas últimas décadas e o quão contrariados muitos autores se sentem ao verem suas abordagens confundidas com as do campo oposto. Quem tem familiaridade com a reação de Carlo Ginzburg (2007, p. 274-276), ao ver a micro-história ser tratada como parte do pós-modernismo, sabe a que estou me referindo. O fato é que, nesse âmbito, existe praticamente um consenso entre eles.

Da Narratologia Historiográfica à Teoria e História das Fontes

Como foi visto no tópico anterior, ao longo de décadas, o tema da narrativa foi tratado separadamente do que é considerado mais factual e referencial na pesquisa histórica. Então não surpreende que atualmente a revalorização dos fundamentos teóricos da pesquisa documental seja designada de pós-narrativista (Simon; Kuukkanen, 2015, p. 155; Simon, 2019, p. 65). Isso afirmaria a existência de aspectos da historiografia independentes da narratividade e, portanto, passíveis de serem estudados sem trazê-la para o cerne da análise.

É certamente bem-vinda a superação do “narrativismo”, entendido como uma postura



que distancia narrativa historiográfica e pesquisa documental. Contudo, o mesmo não pode ser dito da reflexão sobre a narratividade na história. Ao contrário do que pode parecer, temas agora valorizados na filosofia da historiografia e na teoria da história, como a transmissão da informação nas fontes, não apenas são compatíveis com a atenção ao problema da narrativa e das fronteiras entre história e literatura, como podem estar intimamente relacionados a elas. Mas para chegar-se a esta constatação, é preciso levar em consideração que, no campo da literatura, a teoria narrativa não parou no formalismo da chamada narratologia clássica dos anos 1960-1970 (Darby, 2001).

Com efeito, uma nova geração de pesquisadores juntamente com antigos adeptos da abordagem estrutural (Chatman, 1990), têm já há algumas décadas se voltado a questões contextuais. São reflexões geralmente aprofundadas em temas considerados próprios dos estudos literários e baseados em fontes também consideradas literárias (principalmente romances), distanciando-se, assim, das temáticas abordadas em publicações na área de teoria da história, ainda que sejam grandes as suas implicações para o trabalho historiográfico.

Os muitos nomes que a narratologia atualmente recebe (pós-clássica, contextualista, pragmática, extratextual, etc.) frequentemente fazem direta oposição ao modelo de base linguística que, no passado, colocou em questão a viabilidade epistemológica da historiografia (Darby, 2001). Desse modo, do interior dos estudos literários tem agora surgido o interesse renovado em investigar o lugar da narrativa na relação entre história e literatura (Nünning, 2004). Um exemplo disso é a proposta de Julia Nitz de investigar a perspectiva não apenas literária, mas também historiográfica, do problema (Nitz; Petrulionis, 2011, p. 5; Nitz, 2013, p. 78).

Nesse sentido, Nitz e outros autores vêm agregando abordagens em torno de uma narratologia historiográfica baseada em dois princípios. O primeiro deles é o de que a escrita historiográfica divide espaço com outras mídias, por meio das quais o conhecimento histórico é produzido e difundido. O segundo é o de que a historiografia precisa ser entendida não apenas na prática do historiador, mas também nas interpretações feitas por sua audiência. Desse modo, no lugar de apenas comparar a estrutura interna de textos históricos e literários, a narratologia precisaria levar em conta que a história é apropriada por um público muitas vezes dotado de um senso de separação entre fato e ficção.

Considerando-se a distinção narratológica clássica entre história (a sucessão de eventos narrados) e discurso (a narrativa em si), pode-se dizer que essa abordagem tem o mérito de mostrar maneiras pelas quais o discurso da história é contextualmente situado. Portanto, o contexto, neste caso, diz respeito ao que vem depois da elaboração do texto historiográfico e não, como vem sendo sugerido por mim, aos aspectos metodológicos da pesquisa que antecede e perpassa essa elaboração.

Mas isso não quer dizer que as autoras da narratologia pós-clássica que agora se aproximam



da história têm repetido o padrão do passado, minimizando a relevância da pesquisa documental na historiografia. Certamente não é o caso. Julia Nitz toma como ponto de partida a sugestão deixada a futuros pesquisadores por Dorrit Cohn – ela própria da área de literatura – na forma de “alguns rudimentos para uma narratologia historiográfica”, proposta que busca justamente acrescentar o nível da referencialidade ao binômio clássico história-discurso da narratologia ficcional (Cohn, 1990, p. 110).

Cohn rejeita a equivalência entre os domínios narrativos ficcional e não ficcional, especialmente o historiográfico, argumentando que a crítica desconstrutiva e pós-moderna negligenciou a complexidade dessa distinção. Para ela, a diferença fundamental entre ficção e historiografia está na própria necessidade da historiografia de ancorar-se em fontes verificáveis. Assim, ao contrário da ficção, que pode manipular livremente a relação entre história e discurso, a historiografia está sujeita a restrições impostas pela referencialidade. Essa assimetria fundamental entre os dois domínios narrativos, segundo Cohn, é frequentemente ignorada quando a historiografia é analisada apenas sob o prisma da narratologia ficcional.

Caso a posição da autora pareça próxima às de autores avessos ao diálogo com a teoria literária, é porque, de fato, é próxima. Assim, temos uma reconhecida teórica da literatura advertindo contra a aplicação da narratologia clássica à historiografia feita por historiadores como Hayden White, cuja obra ela critica (Cohn, 1999, p. 113-114). Não é à toa que Alun Munslow, apesar de entusiasmado com a proposta de uma “narratologia historiográfica” de Dorrit Cohn, expressa frustração com ela (e com Paul Ricoeur), considerando-a muito ligada ao “empiricismo” (Munslow, 2007, p. 6).

Até certo ponto, a perspectiva dela poderia ter sido analisada no tópico anterior e a autora, inclusive, resistiria ao meu argumento lá apresentado, de que a pesquisa documental por si só não diferencia a historiografia da literatura porque esta muitas vezes também se baseia em fontes: “o processo que transforma fontes arquivísticas em história narrativa é qualitativamente diferente do (...) processo que transforma as fontes do romancista (...) em sua criação ficcional” (Cohn, 1999, p. 114).

Mas a autora não explora no que consiste essa diferença, pois isso a levaria para fora, talvez não necessariamente da comparação entre textos, mas da comparação exclusiva entre dois tipos de narrativas. De fato, a abordagem de Dorrit Cohn é circunscrita a tal comparação, a intenção dela é contrastar a prosa ficcional – em particular o romance e o conto – com a historiografia como gêneros narrativos, utilizando os termos “historiográfico”, “referencial” e “não-ficcional” em oposição ao ficcional. Portanto, levando em consideração que não só seu campo de análise, mas até mesmo seu ponto de vista dentro desse campo, é semelhante ao de historiadores que não dialogam com a teoria literária, por que considerá-la o ponto de partida para uma interpretação inovadora da relação



entre história e ficção? Por conta do que está por trás dessa aproximação dela com a historiografia: a busca pela distinção da ficção. Em relação a isso, gostaria de destacar dois pontos.

Em primeiro lugar, se o foco principal dela não é tão contextual quanto o de autoras que a sucederam, não é porque ela minimiza esse componente da historiografia e mesmo da literatura. É apenas por ter o propósito de descobrir se é possível identificar marcadores de ficcionalidade que são puramente textuais, no sentido de internos ao texto em análise. Do ponto de vista dos historiadores, isso poderia abrir um campo de investigação sobre se é razoável ou não identificar aspectos ficcionais em fontes históricas que não foram produzidas ou recebidas como ficcionais e quais são as implicações disso para os usos historiográficos dessas fontes. Foi caminhando nessa direção que, em minha pesquisa de doutorado, me propus a demonstrar a diferença entre levar e não levar em consideração a articulação entre fato e ficção nas narrativas das fontes históricas, quando se busca dar uma resposta empírica à virada linguística (Ozanam, 2018).¹

Para isso, a tese foi estruturada em duas partes e, em ambas, o fio condutor foi a trajetória de vida de “Doutor Anísio”. Ele emerge nas fontes como homem negro e pobre que viveu no Rio de Janeiro e em outras cidades brasileiras na passagem do século XIX para o XX, e morreu em 1916 na Casa de Detenção do Recife. Suas duas características mais destacadas nos registros são a identidade criminal de “gatuno” especializado em furtos e disfarces e sua elevada instrução e letramento, que lhe permitiam redigir eruditas petições judiciais e realizar a própria defesa oral nos tribunais.

Na primeira parte da tese, dr. Anísio aparece como representante típico de uma cultura da gatunagem, da qual uma das principais características seria a “ficção das ruas”. Essa ficção consistiria na capacidade de transformar a si próprio em vários personagens, não só para realizar furtos e estelionatos, mas também para lidar com a justiça criminal, alvoroçar a imprensa e despistar a polícia. Esta última passava na época por um rápido processo de sofisticação em seus métodos de identificação criminal, com a manutenção de registros por meio da fotografia, da datiloscopia, do inventário de características pessoais e das fichas de antecedentes. Já a imprensa, desenvolvia os serviços de reportagem, com repórteres em campo e a busca pela factualidade, especialmente em matéria de crime.

Assim, redigir uma história social da gatunagem seria uma forma de inverter ironicamente o problema posto pela virada linguística, pois a textualidade das fontes policiais, judiciais e jornalísticas seria o reino dos fatos, da identificação, do inquérito, da empiria. Enquanto isso, a ficção estaria no referente extratextual, porque seria no cotidiano da “ficção das ruas” que os gatunos viviam seus

1A pesquisa que resultou na tese foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), através do processo nº 2013/03914-3. Embora não vá citá-la diretamente, o conteúdo dos próximos parágrafos é um resumo dos argumentos da tese.



diferentes personagens. Dr. Anísio, por exemplo, ora era um alfaiate, ora um vendedor de frutas, até mesmo um gatuno assumido, outras vezes um homem regenerado, um estudante de direito, um militar... e com nomes diferentes (Anísio, Augusto, Manoel, etc.).

Essa é a narrativa da primeira parte da tese, concluída com os últimos dias de dr. Anísio preso em Recife. A lição metodológica evocada por ela, aprendida de Carlo Ginzburg, é a de que caberia ao historiador ler os fatos narrados nas fontes contra a intenção dos seus autores. No caso da gatunagem, isso revelaria a ficcionalidade criada pelos subalternos ao subverterem as fontes cuja textualidade a eles se referiam. O problema é que dr. Anísio, como foi dito acima, era letrado e era também autor de fontes. Por mais de dez anos, nas petições de letras trêmulas que deixou nos processos judiciais, ele insistia que não era mais gatuno, que vivia e trabalhava como um cidadão de bem.

Isso podia ser facilmente desmentido – e foi na primeira parte da tese – como parte de uma estratégia para livrar-se da justiça. Porém, afirmar isso exigiu a adoção de uma postura inversa à lição metodológica que acabei de mencionar. Isso porque, no caso de narrativas redigidas pelo próprio dr. Anísio, tratar sua regeneração como uma ficção não era ler os fatos narrados contra a intenção do autor da fonte e, sim, ler a intenção do autor da fonte contra os fatos narrados por ele. Portanto, tenha dr. Anísio mudado ou não de vida, é inegável que contar uma história da cultura da gatunagem tomando-o como tipo representativo dela, não deixa muito espaço para essa mudança.

Assim, as ações e intenções do sujeito se tornaram previsíveis porque determinadas pela cultura que ele representaria, tal qual os personagens planos de certas ficções oitocentistas, que nada mais eram do que tipos representativos das coletividades que os romancistas queriam retratar. Curiosamente, manter dr. Anísio capturado na identidade de gatuno a vida inteira foi exatamente o que a imprensa e a polícia buscaram fazer e, ao que tudo indica, o episódio da morte dele esteve relacionado à sua recusa a isso. Então a pergunta que emerge é: por que um texto historiográfico arquitetado para dar visibilidade à agência histórica de um sujeito, o capturou numa personalidade ao ponto de negar-lhe a tomada de certos caminhos, mesmo quando ele próprio insistia tê-los tomado?

Diante disso, a segunda parte da tese é uma espécie de metanarrativa, na qual outra história de dr. Anísio é esboçada em meio a uma reflexão mais ampla sobre o substrato intelectual das fontes que informaram a narração da primeira parte. Esse substrato, chamado lá de “ficção étnica”, remonta ao tema da representação da realidade na ficção ao longo do século XIX e, que no final daquele século, adquire a complexa feição de um intercâmbio entre uma literatura realista/naturalista e uma etnografia determinista/racista. Naquele contexto, ficcionalizar e referir-se a dados empíricos, observados e coletados, não eram procedimentos incompatíveis na hora de caracterizar sujeitos e contar suas histórias. Quando se leva em consideração que escrivães, delegados, jornalistas e juízes eram frequentemente poetas e romancistas mais ou menos bem-sucedidos, não surpreende que



esses procedimentos fossem estendidos para muito além das fontes que historiadores geralmente consideram literárias.

Isso não significa dizer que essas fontes não se referiam ao mundo fora delas, que suas narrativas eram “ficcionais”, no sentido de totalmente inventadas, mas sim que a relação entre fato e ficção nelas é complexa demais para ser tratada sem um conhecimento robusto da sua historicidade nesse quesito. Esse foi o alerta da segunda parte da tese. A complexidade reside no fato de que muitos estereótipos são transmitidos através da dimensão narrativa das fontes em seus elementos mais factuais e não apenas no uso de uma linguagem que seria facilmente identificada pelo historiador como inadequada. Com isso, o que é um problema da relação entre o documento e a ficcionalidade num determinado contexto histórico, pode facilmente se tornar um problema da relação entre historiografia e ficção quando este documento se torna fonte de pesquisa.

Portanto, a ideia aqui não é substituir a relação entre texto historiográfico e ficção pela relação entre fonte histórica e ficção, pois as duas coisas por vezes estão relacionadas. No caso da história de dr. Anísio, a conclusão da segunda parte da tese foi a de que, embora a história da cultura da gatunagem contada na primeira parte seja amplamente documentada em mil notas de rodapé, o seu narrador é ficcional. Ele agiu como se fosse um contemporâneo de Anísio ao assimilar – ao invés de problematizar – um determinado esquema de compreensão das relações sociais e raciais entre os muitos em disputa no final do século XIX. Então tomou esse esquema como base para adotar uma postura onisciente em relação ao personagem central de sua história.

Evidentemente, o que a tese tem a dizer aos historiadores em geral é muito mais modesto do que o que tem a dizer ao narrador dela própria. Trata-se apenas de um convite à história das fontes, a compreendermos como suas elaborações, articulações e recepções resultaram em narrativas factuais e ficcionais no período em que foram produzidas. Isso significa considerar que uma longa experiência adquirida em pesquisar diferentes temas com base em determinadas fontes não nos torna necessariamente especialistas na história dessas fontes, ainda que nos torne especialistas nos temas sobre os quais escrevemos com base nelas.

Em relação a isso, é importante notar que a cautela e o rigor metodológico adquiridos na formação profissional de historiador ou historiadora frequentemente envolvem práticas também adotadas pelos autores das fontes quando as criaram, como o recurso a cruzá-las entre si para verificar ou atestar a factualidade de suas informações. Por exemplo, no Rio de Janeiro dos tempos de dr. Anísio, muitas reportagens sobre crimes eram baseadas em parte em relatórios de delegados e outras autoridades policiais. Ao mesmo tempo, houve momentos em que a polícia utilizou reportagens ficcionalizadas da imprensa para compor seu arquivo de pessoas suspeitas. Este arquivo, por sua vez, incluía fichas de identificação contendo dados pessoais e antecedentes criminais, fichas estas que iam parar dentro de processos judiciais. Estes processos podiam eventualmente voltar a



autoridades policiais como fontes de estudo para textos jurídicos ou o saber policial em geral.

Muitas vezes, isso resultava num ciclo extralegal no qual sujeitos suspeitos se tornavam personagens criminosos que mais tarde iriam alimentar os enredos pitorescos (e violentos) dos livros de memórias e crônicas de delegados e jornalistas aspirantes a homens de letras (Ozanam, 2018). Portanto, por mais importante que seja cruzarmos essas fontes em pesquisas sobre quaisquer temas, isso por si só não garante a factualidade de uma informação resultante desse cruzamento. Às vezes, é exatamente o contrário.

Daí a necessidade de, em alguma medida, as próprias fontes e suas narrativas serem temas de investigação, tornando possível a comparação entre as práticas historiográficas e as práticas de quem produziu as fontes utilizadas pela historiografia. Logo, na perspectiva aqui adotada, propor a historiadores e historiadoras um diálogo com a narratologia e teorias da ficção, não significa algo apenas abstrato e conceitual, inclui também o conhecimento empírico da historicidade das fontes. Ou seja, é uma teorização sobre as fontes indissociável de uma história das fontes.

Tendo sugerido, com base na minha pesquisa de doutorado, a possibilidade de estender a fontes usualmente não consideradas literárias as reflexões sobre a ficcionalidade que Dorrit Cohn aplicava a romances e contos, resta destacar um segundo ponto que justifica a utilização da obra dela como referência na proposta aqui apresentada. O ponto a ser destacado é que, quando uma especialista em narratologia constata o papel da pesquisa documental na historiografia, isso tem um alcance diferente de quando a mesma constatação parte de um historiador pouco interessado em literatura.

O cerne das preocupações de Cohn, assim como do teórico brasileiro Luiz Costa Lima (2006), é entender o que é ficção. No caso dela, narrativas ficcionais, e isso a situa numa posição totalmente diferente de todas aquelas apresentadas no tópico anterior. Por um lado, o seu esforço por diferenciar ficção e não-ficção numa perspectiva narratológica é totalmente incompatível com a ideia de que, ao menos no nível da narrativa, ficção e história são iguais. Por outro lado, o seu projeto é, por definição, oposto ao desinteresse pela teoria literária manifestada por historiadores mais dedicados a produzir ou a teorizar sobre pesquisa empírica.

Em outras palavras, implicitamente Dorrit Cohn rejeita a distinção analítica, tão comum na teoria da história, entre as dimensões da narração e da pesquisa documental, pois a união entre narrativa e referencialidade está no cerne do seu conceito de "narratologia historiográfica". Mas como se daria essa união? A autora não explorou esse caminho aberto por sua pesquisa. Se o tivesse feito, teria sido um desafio para ela passar da teorização sobre romances e contos institucionalmente consideradas narrativas ficcionais completas, no campo dos estudos literários à teorização sobre a narratividade, na miríade de vestígios do passado que fundamentam a pesquisa histórica. Ela certamente estaria à altura da tarefa, mas não era seu objetivo.



Tal qual no caso de Paul Ricoeur (de quem era leitora, como mencionei no tópico anterior), quem sabe a proposta imaginada por ela nem desse tanto espaço à documentação dos arquivos em si, mas certamente tem um potencial nessa direção. Portanto, se ao tratarem de “narratologia historiográfica”, Julia Nitz e outros autores aludem mais à interação do discurso historiográfico com outras mídias e suas audiências no presente do que com o discurso das fontes do passado, possivelmente é porque ainda não se considera firme o terreno sobre o qual seria assentada a sugestão de Dorrit Cohn.

Pode-se dizer que o papel de preparar esse terreno é da teoria da história, no que chamarei aqui de teoria das fontes históricas. Um papel ainda não assumido no diálogo interdisciplinar sobre a relação entre o ficcional e o não-ficcional, o qual nos últimos anos tem sido tratado de maneira cada vez mais abrangente, com olhares que vão da literatura à neurociência (Lavocat, 2016). O seu potencial inovador pode ser constatado, por exemplo, em um artigo no qual Monika Fludernik (2018) questiona a tese estabelecida por Catherine Gallagher – outra pesquisadora muito relevante para a relação entre ficção e história – de que a emergência da ficcionalidade estaria atrelada ao contexto muito específico de criação do gênero “novel” na Inglaterra do século XVIII.

É difícil dizer até que ponto a obra de Dorrit Cohn é central em um debate tão amplo, mas decerto os seus rudimentos de uma narratologia historiográfica e seus indicadores (“signposts”) de ficcionalidade são frequentemente evocados. Um dos muitos casos em que isso acontece é o capítulo sobre os “indicadores de factualidade”, publicado por François Lavocat na coletânea *Narrative Factuality: A Handbook* organizada por Monika Fludernik e Marie-Laure Ryan (2019). Ao representar uma guinada de parte da teoria narrativa na direção do conceito de “fato”, essa coletânea de quase oitocentas páginas é um símbolo do quanto a historiografia e a teoria da história podem perder se não renovarem o seu diálogo com a teoria narrativa e não superarem a distinção entre as dimensões ficcional/narrativa e factual/documental da prática historiográfica.

Considerações finais

Há um trecho no tópico anterior onde menciono registros policiais, judiciais, jornalísticos e bibliográficos que eram elaborados em diálogo entre si, num ciclo narrativo extralegal que frequentemente transformava os sujeitos aos quais eles se referiam em personagens caracterizados como criminosos. Trata-se de um exemplo oriundo de um contexto histórico específico, o da produção no Brasil, da passagem do século XIX para o XX, de registros hoje utilizados como fontes, particularmente na história vista de baixo. Porém, esse exemplo toca num aspecto prático da reflexão sobre a narrativa das fontes históricas que precisa ao menos ser mencionado aqui.

O termo “fontes históricas” agrega um volume virtualmente inesgotável de documentos,



mesmo se nos restringirmos a testemunhos em linguagem verbal e visual. Por isso mesmo, refletir sobre a narratividade e a relação entre fato e ficção pode significar coisas muito diferentes, a depender do material em questão. Basta imaginar-se a comparação entre um recibo de compra e venda datado de 1920 e um romance escrito no mesmo ano. Ambos, a seu modo, contam uma história. Mas, a essa semelhança, podem ser contrapostas inúmeras diferenças, desde as mais simples (só uma parece ter sido redigida para ser lida como uma história), às mais complicadas e incertas (o romance é uma história completa, o recibo não).

Rapidamente o tema da narrativa em si pode conduzir àquele outro, mais específico: autores e leitores da fonte achavam que estavam diante de algo factual, ficcional ou nenhum dos dois? Isso faz diferença para a forma como historiadoras(es) irão lê-la? Do rol de reflexões metodológicas que esse simples exemplo poderia suscitar, eu gostaria de fazer apenas três considerações finais, com o intuito de desenvolvê-las em outra oportunidade.

A primeira consideração é a de que o gênero textual no qual um documento foi classificado, por quem o produziu ou quem o leu em sua época de produção, não é um guia seguro para como devemos lê-lo enquanto fonte histórica. Como foi apontado no tópico anterior, uma análise interna dos textos pode fazer emergir elementos textuais de ficção ou de factualidade em materiais onde, a princípio, não estavam previstos. E o que seria um elemento textual de ficção? O mais bem estabelecido entre eles, analisado por Dorrit Cohn (1999), consiste nos casos em que o narrador se mostra capaz de entrar na mente dos personagens e saber o que eles estão pensando. Tendo em vista que seres humanos a princípio ainda não têm essa capacidade, isso seria um indicador de que se trata de uma ficção.

O propósito da autora era aplicar esses critérios a obras convencionalmente ficcionais. Porém, podemos nos apropriar deles e refletir sobre outros textos, como quando uma testemunha em um processo judicial ou um redator de reportagem de jornal afirma coisas que só poderia saber se tivesse tido acesso à consciência do sujeito ao qual se referia (Ozanam, 2018).

A segunda consideração é que os termos fato, ficção e narrativa possivelmente não tinham equivalentes em alguns contextos históricos. Ou tinham, mas significavam outras coisas ou se articulavam de modos distintos e não previstos atualmente. Assim, é importante entender quais, nesse âmbito, eram as perspectivas dos autores e leitores daquele documento. Isso só é possível entendendo os critérios e métodos que foram adotados para se referir ao mundo fora do texto, caso tenha havido essa intenção, ou como isso pode ter sido feito inconscientemente.

Em suma, é necessária uma espécie de epistemologia histórica da inserção daquele tipo de material naquela sociedade, a começar pelo seu lugar num possível conjunto maior de registros ao qual ele pertencia. Afinal, o recibo de compra e venda de 1920, imaginado no início destas considerações, será parte de uma narrativa muito mais documentada se estiver anexado dentro de



um processo civil. Da mesma forma, no século XIX, uma ficha de antecedentes criminais dos livros de uma Casa de Detenção transcrita num processo criminal agrega narratividade a este. Ou seja, assim como o texto historiográfico estabelece nexos entre pequenas narrativas obtidas em diferentes fontes, as fontes frequentemente faziam a mesma coisa agregando outras fontes. Estas, apesar de chegarem até nós agregadas, nem sempre tinham a mesma forma de remeter-se à experiência extratextual, as diferentes seções de um jornal oitocentista são a ilustração mais direta disso.

Terceira e última consideração: as duas considerações feitas logo acima parecem complementares, mas não são, ou são apenas até certo ponto. Pode-se analisar como diferentes visões sobre o factual e o ficcional repercutiram no contexto de elaboração de uma determinada fonte e, ao mesmo tempo, utilizar o instrumental analítico da teoria literária atual para apropriar-se das informações contidas nessa fonte. Em outras palavras, a história das fontes e a teoria das fontes podem ser parte de uma mesma abordagem e essa é a minha intenção. Porém, é inevitável perguntar-se por que esse instrumental analítico prevalece sobre as chaves de escrita e leitura dos autores e leitores do passado quando se trata de dizer o que uma informação é ou deixa de ser. Chamar atenção para isso significa levar às últimas consequências a comparação entre as(os) historiadoras(es) e as outras pessoas que, ao longo do tempo, manusearam aquele documento, a começar pelas que o criaram.

A apresentação de um impasse nesta terceira consideração ajuda a relativizar qualquer pretensão normativa deste artigo e a reconhecer o que ainda não está resolvido, bem como o caráter pessoal de algumas escolhas, a começar pela teoria da ficção de Dorrit Cohn, que, apesar de respeitada, não é um consenso nos círculos narratológicos. Mas o impasse entre as duas primeiras considerações resulta, a meu ver, em oportunidades. A principal delas é a de aproximar empiria e teoria. Afinal, nessa teoria e história das fontes, haveria, a princípio, o aspecto teórico da narratologia histórica na forma como a entendo, isto é, na aplicação cautelosa de conceitos da teoria literária às fontes históricas para melhor entender como as narrativas delas implicam nas narrativas historiográficas. Juntamente a esse aspecto, haveria aquele outro, muito mais contextual, histórico (ou historiográfico), de entender como determinada fonte foi elaborada e quanto de imaginação e empiria foi articulado nessa elaboração.

Isso não é feito abstratamente e sim por meio de pesquisa documental. Portanto, um passo muito importante na direção do que vem sendo proposto aqui é refletir cuidadosamente sobre as fontes que nos permitem contar as histórias das próprias fontes. Mas esse experimento, tão teórico quanto prático e metodológico, deve ter lugar em outro espaço que não este artigo. Pois o objetivo deste foi apenas apontar possibilidades de pesquisa que são abertas quando é evitada a separação analítica entre investigação documental e construção narrativa na teoria da história.



Referências

- ABREU, Mirhiane Mendes de. **Ao pé da página**: a dupla narrativa em José de Alencar. 2002. 185 f. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- BARTHES, Roland. O discurso da história. In: BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 123-140.
- CARR, David. History as Orientation: Rüsen on Historical Culture and Narration. **History and Theory**, Middletown, v. 45, n. 2, p. 229-243, maio 2006.
- CHARBEL, Felipe. The New Faces of the Historical Novel. **História da Historiografia**, v. 13, n. 32, p. 19-46, jan./abr. 2020.
- CHATMAN, Seymour. What Can We Learn from Contextualist Narratology? **Poetics Today**, Durham, v. 11, n. 2, p. 309-328, 1990.
- COHN, Dorrit. **The distinction of fiction**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1999.
- DARBY, David. Form and Context: An Essay in the History of Narratology. **Poetics Today**, Durham, v.22, n.4, p. 829-852, 2001.
- DICKEY, Laurence. Philosophizing about History in the Nineteenth Century: Zusammenhang and the “Progressive Method” in German Historical Scholarship. In: WOOD, Allen W.; HAHN, Songsuk Susan (Org.). **The Cambridge History of Philosophy in the Nineteenth Century (1790–1870)**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- FLUDERNIK, Monika. The Fiction of the Rise of Fictionality. **Poetics Today**, Durham, v. 39, n. 1, p. 67-92, fev. 2018.
- FLUDERNIK, Monika; RYAN, Marie-Laure. **Narrative Factuality: A Handbook**. Berlin: De Gruyter, 2019.
- GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LAVOCAT, Françoise. Pseudofactual Narratives and Signposts of Factuality. In: FLUDERNIK, Monika; RYAN, Marie-Laure (orgs.). **Narrative Factuality: A Handbook**. Berlin: De Gruyter, 2019, p. 577-592.
- LAVOCAT, Françoise. **Fait et fiction**. Pour une frontière. Paris: Seuil, 2016.
- LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MALERBA, Jurandir. O que narram os historiadores? Para uma genealogia da questão narrativa em história. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, p. 399-418, jul./dez. 2016.
- MENDES, Breno. A representância do passado histórico em Paul Ricoeur: linguagem, narrativa, verdade. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 19, p. 88-106, dez. 2015.
- MENEZES, Jonathan. **Frank Ankersmit: a metamorfose do historicismo**. 2018. 332f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2018, p. 119-122.
- MUNSLOW, Alun. **Narrative and history**. New York: Palgrave Macmillan, 2007.
- NITZ, Julia. History, a Literary Artifact?: The Traveling Concept of Narrative in/on Historiographic Discourse. **Interdisciplinary Literary Studies**, State College, v. 15, n. 1, p. 69-85, 2013.
- NITZ, Julia; PETRULIONIS, Sandra Harbert. Towards a Historiographic Narratology: Résumé. **Spiel**, Frankfurt, v.30, n.1, p. 1-6, 2011.
- NÜNNING, Ansgar. Where Historiographic Metafiction and Narratology Meet: Towards an Applied Cultural Narratology. **Style**, State College, v. 38, n. 3, p. 352-374, 2004.
- OHARA, João Rodolfo Munhoz. Frank Ankersmit Chega ao Brasil. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 10, n. 2, p. 1-10, jul./dez. 2013.
- OZANAM, Israel. **Quem era o Doutor Anísio?** O desafio da ficção étnica à história social do Rio de Janeiro (1889-1916). 2018. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- RÜSEN, Jörn. **Teoria da história**: Uma teoria da história como ciência. Tradução de Estevão Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.
- SIMON, Zoltán Boldizsár. Do Theorists of History Have a Theory of History? Reflections on a Non-Discipline. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 12, n. 29, p. 53-68, jan.-abr. 2019.
- SIMON, Zoltán Boldizsár; KUUKKANEN, Jouni-Matti. Introduction: assessing narrativism. **History and Theory**, Middletown, v. 54, n. 2, p. 153-161, maio 2015.
- TUCKER, Aviezer. Where Do We Go From Here? Jubilee Report On “History And Theory”. **History and Theory**, Middletown, v. 49, n.



4, p. 64-84, dez. 2010.

WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. Tradução de José Laurênio de Melo. São Paulo: Edusp, 1992.

Informações Adicionais

Biografia profissional:

Professor de Metodologia da História na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e membro do programa de pós-graduação em História da mesma instituição. Obteve doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), e foi *visiting fellow* na Universidade Harvard no ano acadêmico de 2015/2016, com bolsa do Harvard's Graduate School of Arts and Sciences. Tem como principal interesse de pesquisa entender a articulação entre fato e ficção nos processos de elaboração de fontes históricas, especialmente dos séculos XIX e XX, e suas implicações teórico-metodológicas.

Endereço para correspondência:

Departamento de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE),
Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos, Recife – PE, 52171-900, Brasil.

Financiamento:

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo 2013/03914-3.

Agradecimento:

Agradeço a Raissa Paz e a Sidney Chalhoub por tornarem possível a pesquisa que resultou neste artigo e às(aos) pareceristas pela leitura atenta, pelo encorajamento à proposta aqui desenvolvida e pelas pertinentes críticas, as quais busquei levar em consideração na revisão do texto.

Conflito de interesse:

Nenhum conflito de interesse foi declarado.

Aprovação no comitê de ética:

Não se aplica.

Preprint

O artigo não é um preprint.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.



Editores responsáveis

Rebeca Gontijo – Editora-chefe

Iuri Bauler Pereira – Editor executivo

Renata Dal Sasso Freitas – Editora-executiva

Direitos autorais

Copyright © 2026 Israel Ozanam

Histórico de avaliação

Data de submissão: 31/01/2025

Data de modificação: 12/05/2025

Data de aprovação: 27/10/2025

Licença

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

